

О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО
САЇТІСА АО ДІАБЕІТО
Д СОРЦІІСАЌДО
Е Д ІНФОЯТАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

O DIREITO ACHADO NA JACA

VOLUME B

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MIGUEL CÉSAR RAMOS • ELLEN GERALDES • FERNANDO
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMOS •
VANESSA NEGRAU**



О ДІЯЕІТО АСНАДО ІА ЯЦА V.В

**ІІТЯОДЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІІФОЯПАЅДО**

O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B

ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЃДО Е Д ІНФОРМАЃДО

ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

АЦТОРАС Е АЦТОРАС

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capas/Fotos Humberto Góes
Diagramação Vanessa Negrini
Revisão Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Ficha Catalográfica Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Apoio Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos
Imagens nas fotos Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-
UnB, 2016.
455 p.: il.; 21x30cm.
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

PARTE I	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua” José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária Roberto Lyra Filho (in memoriam)	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social? Boaventura de Sousa Santos	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas	88
---	----

PARTE II	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação	98
--	----

MARCO LEGAL	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação Marcos Urupá	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil Elizabeth Machado Veloso	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988 Natália Oliveira Teles	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**
..... 151

COMUNICAÇÃO E GOVERNO..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil
| **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do
Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o
site do Senado | **Valéria Castanho** 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco
Medina** 192

DIREITO À INFORMAÇÃO..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação |
Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão
nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos
humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

COMUNICAÇÃO E MINORIAS 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e
cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a
diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência
coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação
de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

COMUNICAÇÃO E GOLPE	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras Sílvia Alvarez e Jacques de Novion	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa	349
COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA	365
O Intervenções e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação Bia Barbosa e Helena Martins	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito Geraldo Miranda Pinto Neto	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera Daniel Vitor de Castro	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação Vanessa Galassi	434
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES	445
AS AÇTORAS E OS AÇTORES	446
AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS	451

РАЯТЕ I

CONCEITOS E
CATEGORIAS

РАЯА СОПРЯЕЕНСÃO ДО ДИРЕИТО
НЦПАИО À СОПЦИИСАÇÃO Е À
ИНОЯМАÇÃO СОЪ А РЕАБРЕСТИВА
ДО ДИРЕИТО АСНАДО ИА ЯЦА



A Democracia difícil: é possível um novo contrato social?¹

(Aula Magna proferida por Boaventura de Sousa Santos, na UnB – Universidade de Brasília, no dia 28/10/2016)²

Boaventura de Sousa Santos

Muito boa tarde a todas e a todos. É um pouco difícil perante a essa cena maravilhosa de gente, perante a esta paisagem humana e calorosa, que se afeita tão bem àquilo que eu escrevo nos meus livros sobre a “razão quente”. A razão que sem deixar de ter argumentos, e, aliás, crer e ser convincente nos argumentos, no entanto, nunca esquece as emissões e os afetos, porque é deles que efetivamente nós conseguimos e continuamos a lutar por uma sociedade mais justa. Nunca as razões, os argumentos, foram suficientes para a gente se envolver em uma luta. É preciso afeto, emoção, sentimento, e este é evidentemente um momento forte em que sinto essa junção de uma maneira muito especial.

Quero, pois agradecer a vossa presença, quero agradecer à mesa e a todos os meus colegas na pessoa do senhor decano. Mencionamos a todos por brevidade, mas destaco o fato de ter a generosidade de acompanhar-me nessa mesa. Quero agradecer a todos vós maravilhosamente presentes aqui. Desculpem eu estar de costas, mas se não fosse o microfone eu de vez em quando viraria aqui ou se a cadeira fosse giratória, mas não é, então não me levem a mal. Então sabem que eu não estou de costas. Eu estou virado pra eles, só fisicamente que é assim (referindo-se ao espaço, totalmente tomado pela audiência, incluindo o entorno da mesa de oradores).

¹ A Aula Magna dos Cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania e de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, vinculados ao CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB. O evento cumpriu também função de homenagem aos 30 anos do CEAM e do NEP-Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos, da UnB e ainda ao Professor Roberto Lyra Filho pelos seus 30 anos de morte e 90 de nascimento. Integrou ainda o calendário (pré-evento) da ULEPICC (VI Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil). Contou com o apoio do LAPCOM (Laboratório de Políticas de Comunicação, da Faculdade de Comunicação da UnB) e da III Bienal Brasileira do Livro e da Leitura, realizada em Brasília, que promoveu a vinda do Professor Boaventura de Sousa Santos, intelectual estrangeiro homenageado.

² O texto corresponde à gravação da exposição oral feita pelo Professor Boaventura de Sousa Santos, degravada pelos organizadores e por eles editada, sem a revisão do expositor.

Quero neste momento difícil, começar por agradecer a coisas simples como essas: quero agradecer aos vigilantes que tiveram a mobilidade de nos deixar entrar a todos (e consentir em dobrar a capacidade do auditório). Estavam muito relutantes no início. Uma salva de palmas para eles!

Queria também dizer-vos que devido à natureza do tempo e do momento que vivemos no Brasil estou certo de que aquilo que vou dizer com a minha palestra vai suscitar muitas perguntas, muitas questões.

A organização decidiu fazê-lo desta forma, e eu respeito inteiramente, mas incito-vos a escrever e a anotar as suas questões. Se não houver papel, peguem seus cadernos, rasguem uma folha, ponha o nome. Eu levo as perguntas, mesmo aquelas que eu não puder responder, porque eu acho que é fundamental também para o meu trabalho ter as vossas opiniões, as vossas inquietações. O meu trabalho é sempre um trabalho em curso. Ainda há muito pouco tempo na Nicarágua, no fim de uma palestra, tinham 60 perguntas para eu responder, não pude responder a todas, mas elas estão comigo.

Eu acho que é muito importante esse *feedback* vosso, porque estamos em um momento em que todos temos que pensar, todos temos que agir, e todos temos que refletir. E porque o momento é especial é meu entender que também que já agora eu não posso deixar de agradecer também a outros tipos de pessoas que são tão fundamentais na vida de um intelectual como eu, levando livros para todo lado, é para mim uma alegria muito especial contar hoje aqui com meus dois editores brasileiros, o Senhor Cortês que está aqui e a Ivana Jinkings (não sei onde é que ela está em meio à multidão), mas ela está também aqui, e, portanto também cabe agradecer e dizer a eles a satisfação pela presença.

E queria começar por fazer - talvez isso até nos surja um pouco estranho, estamos em um ambiente totalmente brasileiro, - mas eu vou dedicar a minha palestra a um esforço didático de internacionalização e solidariedade internacional. Eu gostaria de dedicar esta minha palestra a uma jovem argentina de 16 anos de nome Lúcia Lopez que no dia 08 de outubro foi estuprada, empalada, assassinada por bandidos em uma expressão de violência contra as mulheres absolutamente repugnante, que no ano passado matou mais de 100 mulheres na Argentina. As estatísticas não variam muito de país para país. E de dizer-lhes que é exatamente nessa solidariedade que veem também as melhores iniciativas, e é a partir desse sofrimento humano, portanto ao lado da Lúcia, que já que ela não está para nos poder

acompanhar, tem o lado extraordinariamente auspicioso que foi o fato das mulheres argentinas pela primeira vez na história terem feito uma greve nacional de uma hora. Isto é extraordinário que tenha acontecido. E eu só quero dizer, imagina o que seria em Portugal ou no Brasil as mulheres decidirem fazer uma greve nacional em toda população? Portanto, eu não estou a incitar ninguém à greve. Estou a mostrar às mulheres que compõem a grande maioria desta sala o poder que tendes, desde que se unam, desde que saibais a partir da vossas diferenças encontrar convergências que com homens também democratas e solidários podeis ajudar a transformar o mundo, porque as tarefas que vão ser necessárias vão exigir de todos muita ação e muita reflexão. Então vamos a nossa palestra.

Fortalecer ou Resgatar a Democracia?

O título que escolhi é um título complicado, obviamente, porque eu acho que o pouco tempo que a gente vive neste momento, às vezes, se pergunta se há um tempo para fortalecer a democracia ou para resgatar a democracia? Será que já perdemos a democracia? Que tipo de regime, por exemplo, falamos agora de um golpe, que eu também já escrevi, caracterizando-o, um golpe parlamentar-judicial. Quer dizer que depois temos uma ditadura? É uma outra democracia? Eu tenho escrito que passamos de uma democracia de baixa intensidade para uma democracia de baixíssima intensidade. Nós estamos aqui todos, estamos na possibilidade de continuar a debater, estamos com a possibilidade de continuar a lutar. E é muito importante que a gente saiba as condições que temos.

Eu ainda sou daqueles que viveu parte da minha vida adulta numa ditadura em Portugal, em vigor ainda em 1973 quando cheguei dos Estados Unidos. Muitos aqui, mais jovens que eu, viveram a ditadura brasileira. Mas nós sabemos que uma coisa é certa: Nunca mais! Nunca mais! E, portanto, temos que nos unir, sobretudo porque há muitas outras formas de fazer ditadura, para além das ditaduras militares. E isso que estamos neste momento a ter que discutir. É como as democracias se esvaziam de conteúdo, até que o que fica delas é uma caricatura, é um disfarce. Para que depois seja verdade, e cada vez mais, aquilo que eu costumo escrever que vivemos em sociedades que são politicamente democráticas, mas especialmente fascistas.

E se olharmos bem, com o aumento da desigualdade social, há mais gente na nossa sociedade que não tem o privilégio de estar aqui conosco. Alguns nem sequer talvez

pudessem pagar o transporte para chegar aqui. Alguns estariam com demasiada fome para poder aguentar as discussões aqui. Alguns teriam, obviamente, muito longe daqui... aqueles que muitas vezes mais precisam de nós, são aqueles que não tem acesso a nós. Daí essa grande responsabilidade de todos nós que estamos em uma universidade, que não é falar por eles, porque eles têm voz, eles e elas. É estarmos solidários com as suas lutas, é podermos estar com eles e com elas, em momentos tão difíceis quanto esses que nós atravessamos. E apesar da dramaticidade do tempo, é um tempo de reflexão, é um tempo que nós devemos aproveitar para refletir, não como uma atividade dilatante, como se agora perderam-se muitas das tarefas em que alguns estavam-nos envolvidos, no caso do Brasil, e agora só nos resta refletir. Não! Refletir é importante para voltarmos a novos patamares da nação. Para voltarmos à luta em condições que vão ser certamente diferentes. E, portanto, é bom sempre que possamos refletir com essa razão quente, com essa força que nos anima de que realmente merecemos uma sociedade melhor que esta. Mais justa, mais equilibrada. Que temos que viver retrocessos e reverses como este, que talvez é o mais surpreendente do mundo, e muitas vezes mundo afora me perguntam, porque alguns até pensam que eu sou brasileiro, porque conheço bem o Brasil.

Perguntam-me “Como é que foi possível em tão pouco tempo que um país que estava na vanguarda das lutas mais avançadas e ofensivas para a distribuição social, os BRICS, para se constituir uma outra potência do mundo, uma alternativa, relativa sim, mas de todo modo, uma grande esperança no mundo, e de repente, parece que tudo foi tão fácil ser desmantelado.”

E quiçá essa é a primeira reflexão que temos que fazer. Por que é que foi tão fácil aparentemente? Como é que estar a ser demasiadamente fácil tudo isto? São os nossos instrumentos? São as nossas políticas? São os nossos partidos? São os nossos movimentos sociais? É a nossa vontade? O que é que nos falta que nós devemos pôr em ação a partir de uma reflexão sobre o que nos passa hoje. Porque não é algo especificamente do Brasil. É evidente que o momento em que viveis hoje é o momento em que vivi até dezembro do ano passado em Portugal, que tivemos um governo conservador entre 2011 e 2015, em que um primeiro ministro disse quando veio o que nós chamamos o “austeritarismo”, para aplicar a austeridade do Fundo Monetário Internacional que diz “Ah, mas nós ainda temos que ir mais longe na austeridade”, nos cortes, na redução dos direitos, na eliminação dos serviços

públicos. Quatro anos! Felizmente hoje, conseguimos por via de eleições, afastá-los do poder.

Temos um inimigo muito grande na Europa que chamam de instituições da União Europeia e que estão completamente saturadas pelo neoliberalismo, mas obviamente que é uma experiência que está aí, e pela primeira vez, como eu dizia hoje de manhã (em cerimônia no espaço da Bienal do Livro e da Leitura quando recebeu, por concessão da Câmara Legislativa do Distrito Federal o título de cidadão honorário de Brasília), algo que não tinha sido possível na Europa depois do fim da guerra mundial que foi juntar o partido socialista com o partido comunista. Desde o princípio da guerra, aliás, desde 1914 como sabem aqueles que conhecem as divisões do movimento operário, onde surgiram as divisões sobre os créditos da guerra entre os partidos socialistas e os partidos comunistas. O partido comunista sempre em Portugal assegurou que o partido socialista era um partido de direita, com o qual nunca podia se aliar. Um bloco de esquerda que é um grupo de esquerda radical, de que eu sou muito próximo junto a católicos progressistas e junto com quem saiu do partido comunista também diziam que nunca era possível aliar ao partido socialista, porque ele é de direita. E é verdade que o partido socialista em Portugal, durante muito tempo, fez uma política de direita.

Só que acontece é que no meu país chegamos a conclusão que se esses conservadores continuassem no país, o fascismo que é hoje social, amanhã pode ser político. Eles podem destruir tudo o que nós conquistamos em Portugal desde 1974, desde a revolução dos cravos. Então, fez-se uma coisa inédita, ao fim de tantos anos, comunistas decidiram dar a mão a um partido socialista. Isto é inédito na Europa. Não se fala muito porque Portugal é pequenino (risos). **As notícias boas para Comunicação Social são, obviamente, as más**, e por obviamente para uma política que significa uma alternativa ao neoliberalismo, aprendemos muito com a Grécia. Um país humilhado, insultado. Eu trabalho muito na Grécia e trabalho na Espanha com o “Podemos” e na Grécia com o Syriza. Vocês não imaginam a humilhação a que foi sujeitado o Syriza na Grécia. Não imaginam a perseguição que foi feita na Espanha para que o partido socialista não se unisse ao “Podemos” para formar uma alternativa de esquerda e vamos ter mais um governo de direita na Espanha.

A luta é global, o Brasil não está isolado. Os conceitos e os contextos internacionais são, neste momento, extremamente duros. E, portanto, nós temos que fazer uma reflexão. Bem como as razões convincentes que nós por maior que seja o nosso país, como é este, que é um continente, tem que olhar para o contexto. Porque o que talvez não se entenda, nem todos entendam claramente que uma das coisas fundamentais para afastar o governo que estava, foi destruir os BRICS, algo que era muito distante a muitos dos brasileiros. Mas o que tava em gestação, era uma alternativa parcial, porque não era socialista, ao domínio total do dólar e do imperialismo norte-americano. E era preciso liquidá-lo, e liquidá-se às vezes matando Kadafi, como aconteceu recentemente, ou então produzindo golpe.

Nós estamos em um contexto internacional muito hostil, não merece a pena nós pensarmos que ela é fácil, o que nós temos é que fazer uma coisa: é que o poder hoje afirma-se para nós, com tanta força para nos desanimar. A arrogância do poder diz fundamentalmente isso, é mostrar que são tão poderosos, que não vale a pena lutar contra eles. Eu costumo dizer que a metáfora deste poder arrogante são os drones. Os drones militares que matam a distância. Um militar que está a matar no Afeganistão ou no Iêmen, está na tela de um computador no Nebraska. Obviamente, não pode morrer. Obviamente não pode ser afetado. É um poder que obviamente não tem nenhuma possibilidade de ser vencido àquele nível a que estabelece a luta. Portanto, não é uma guerra como era antes, onde morriam militares. Na guerra atualmente não morrem militares, morrem civis. É a grande novidade da guerra depois da segunda guerra mundial. Quem morre são crianças, são civis, inocentes, como estamos a ver na Síria e no Líbano, Iêmen, e ainda recentemente, no Afeganistão. Portanto, é um contexto complicado que obriga a uma reflexão e uma reflexão forte.

Nunca nos Deixemos Convencer de que não há Alternativas

Eu vou vos propor umas linhas da reflexão para depois, alguns diagnóstico, para depois podermos avançar para as alternativas. Para isso é fundamental que a gente pense que há alternativa. Nunca nos deixemos convencer de que não há alternativas. Eu costumo escrever que se este poder que se firma com tanta grandeza, que nos leva a resignação, não precisa do nosso consenso, precisa da nossa resignação. Eu criei uma ideia disso que é a sortida do drone que não pode ser alcançado. Como é que os pobres que estão a festejar um

funeral (é uma metáfora, obviamente. É uma festa, para começar para os muçulmanos o próprio funeral é uma festa). No Iêmen, são mortos todos eles assassinados. Como é que eles podem combater os drones?

Então conto, essa história, certamente as conhecem do aztecas. É que quando os colonizadores espanhóis chegaram à zona do que foi espanhola no princípio da colonização, os aztecas, os moradores da América Latina, olhavam pra eles como sendo os superiores da sua raça. Não eram de maneira nenhuma uns inimigos, não eram de maneira nenhuma uns adversários para destruir, era uma entidade que tinha características quase divinas, que era uma entidade superior a eles os com os quais eles podiam se entregar, pacificamente, para viverem melhor, e entregaram-se muitas vezes desta forma, porque pensaram que os espanhóis iam trazer o bem-estar. Nem os espanhóis e nem os portugueses poderiam fazer isso porque, obviamente, a ideia que os aztecas tinham dos colonizadores os desarmava. E eu penso que é isso hoje que devemos ter cuidado, é às vezes a ideia de que o poder nos dá, é a ideia para nos desarmar.

Para nós podermos conviver e exercitar a nossa própria impotência. E quando nós exercitamos a nossa própria impotência não causa surpresa nenhuma que nas últimas eleições municipais em 23 cidades sejam eleitos 23 milionários. Como é possível eleger tanto milionário e serem eleitos por tanto pobre? Isto é uma vigência da democracia? O que está a passar com a democracia para que alguém vote na sua própria opressão? Vote na sua própria impotência? É isto a estrutura do poder nesse momento. É criar uma ideia de poder que obviamente é gerada pelas mídias, que criam uma ideia de que não há uma sociedade melhor, o que há é gente próspera, que é rica, porque soube enriquecer, que é próspera. Temos hoje teorias teológicas, que é a teoria da prosperidade, que dizem exatamente isso. E, portanto, quem é rico é porque merece, e quem é pobre, obviamente, é porque merece ser pobre. E, portanto, qual é a surpresa quando um pobre vota em um rico? Essa é a lógica que o poder quer colocar.

Portanto, sendo assim, a minha primeira reflexão vai para isto. O pensamento eurocêntrico foi um pensamento muito orientado para o progresso. São as revoluções, vamos para frente, é o tempo linear, está na frente, a gente resolve. O que é que a gente fez? Esqueceu as continuidades. Olhamos para as continuidades e não vimos as continuidades. E, portanto, o que há é, ao invés desse progresso linear, são ondas, círculos. E nós temos que

ver que há hoje uma permanência de fenômenos que nos dá o que pensar. Nos séculos XV, XVI, há três grandes modos de dominação que se articulam e que trabalham em conjunto, mas que fizeram crer aos cientistas sociais, às universidades, aos estudantes que eram separados. Esses três modos de separação se chamam: Capitalismo, Colonialismo e Patriarcado. Há outros, mas estes são os fundamentais. E, portanto, eles atuam em articulação, e manifestam em articulação. Mas de tal modo que o Estado está organizado para dividir os diferentes modos de dominação e as lutas contra os diferentes modos de dominação. Por isso é que há o movimento de mulheres que tem dificuldades muitas vezes de se articular como o movimento indígena, com o movimento camponês. Por isso é que há movimento camponês ou movimento indígena que tem dificuldade de se articular com o movimento operário. Por exemplo, qualquer um desses movimentos tem dificuldades de se articular com o movimento ambientalista. Porque os modos de dominação atuam em conjunto, mas se movimentam de modo a dividir quem resiste contra eles. Essa é a primeira armadilha do poder e isso dura desde o século XVI. E está ativo hoje, mais do que nunca. Eu como gosto de dar exemplos, vou dar um exemplo, que certamente é óbvio para todos nós: Quando se deu essa mudança política recente aqui no Brasil, todos juntaram que obviamente era claro para todos que o que estava em causa era afirmar o projeto capitalista neoliberal, que existe neste caso no continente uma subserviência muito grande ao imperialismo americano e no qual, portanto, não é possível nenhuma alternativa, nem um banco mundial de alternativa, que já estava criado, e que obviamente, vai ser liquidado, e, portanto, não era possível em nada, nenhuma alternativa fortalecer o capitalismo. Mas quando vocês viram o novo governo o que viram? Tinham desaparecido as cores negras e as mulheres.

Ou seja, quando se fortaleceu o capitalismo, fortaleceu-se o colonialismo, e fortaleceu-se o patriarcado. É porque realmente eles não atuam separados, atuam em conjunto. Isto é um exemplo superficial, mas que mostra uma estrutura profunda do poder porque afeta ativamente a democracia. Na sua trajetória liberal desde o século XIX, tem uma série de continuidades de exclusões que nós tínhamos que tomar atenção. Eu penso que nós, e este é o meu segundo momento de reflexão, vejam que estes modelos, estes modos de dominação, nos permitem ver que efetivamente, para que nós possamos ver hoje as futuras alternativas e as descontinuidades, e vamos propor uma revolução democrática, nada mais e

nada menos que isso, é preciso ver as discontinuidades. Porque se eu não entendo o que se passa, vejam: Eu estou na Europa em certo momento e vejo que 1 milhão e meio de refugiados procuram pessoas que estão sendo mobilizadas forçadamente no norte da África para a Europa, dos quais em 2015, 3700 morrem no Mediterrâneo afogados. Como eu dizia ontem (Na cerimônia em que foi homenageado na qualidade de intelectual estrangeiro pela Bienal do Livro e da Leitura, em Brasília), um cemitério líquido, tal como é o Mediterrâneo hoje. Ele que foi o grande oceano de ligação. A Europa não é hoje, no Século XIV, uma parte do norte da África, a África era parte da Europa!

Toda a Península ibérica foi colonizada pelos árabes que vieram do norte da África para a Europa, e que continuaram, obviamente a ter uma grande articulação. O Mediterrâneo foi um grande encontro de civilizações, hoje é um cemitério. É uma fortaleza líquida e um cemitério.

Por isso eu lembrava que efetivamente entre o século XVII e o século XIX, três milhões de escravos africanos morreram afogados no Atlântico Sul. Se olharem a proporção, foram entre 10 e 15 milhões de escravos que atravessaram o Atlântico para as Américas, morreram três milhões pelo cálculo que se faz, meio milhão que agora fez, que tentou atravessar, e morrem três mil. A proporção é diferente. Mas há uma continuidade aqui. É criar gente neste modelo que não é gente. A gente que está sujeita a uma exclusão, que no meu trabalho eu chamo de “exclusão abissal”. É um pensamento egocêntrico que nunca viu isto que realmente todos teriam direitos humanos, democracia, socialismo inclusivamente. Nunca se esqueceu, nunca se lembrou dos esquecidos das continuidades. Aqueles que ficaram excluídos sempre. Logo no início os trabalhadores, obviamente. Porque a justificativa que davam para eles não votarem na democracia é porque eles trabalhavam para os patrões, e, portanto, não tinham autonomia para votar. Só o patrão podia votar, só um proprietário podia votar. As mulheres obviamente que não “porque não tinham inteligência suficiente para votar”. Os escravos eram propriedades não eram pessoas. Se olharem bem, este modelo dominado pelo capitalismo, pelo colonialismo e patriarcado exige desumanidade. Tem que excluir necessariamente alguém para poder dar benefício a alguns. E é por isso que nós não vemos que na nossa sociedade, muita gente, muito mais que podeis pensar atravessam durante o dia essa tal linha abissal. A linha abissal que divide aquilo que chamo de a vida metropolitana, que é a vida que dá alguns direitos, ou que dá respeito, uma liberdade, não

dá direito, onde se pode votar, e uma zona de colonialidade que nós pensávamos que tinha acabado com o colonialismo, mas não terminou. São aquelas zonas onde não há direitos, são aquelas “zonas do não ser”, quem está nessa zona não é verdadeiramente um ser humano. É ontologicamente degradado e, portanto, não tem uma vida, não tem sequer direito de ter direitos mínimos. É o tal fascismo social, a que me refiro na minha formulação sobre sociedade civil e incivil. Esta linha abissal está sempre aí, e nós não a vemos. Mas quem sofre vê.

Um trabalhador europeu hoje, que trabalha numa empresa, num restaurante tem direito a se sindicalizar eventualmente. Tem direito a férias, está na zona metropolitana de sociabilidade, na zona metropolitana linda, na zona clara da sociabilidade liberal. Mas quando este homem sai acompanhado da sua mulher, com o “hibab”, é imediatamente um suspeito de terrorismo, ele pode ser atacado por jovens, ou pode ser morto no meio da rua, ou pode ser vítima da pior violência. Naquele momento em que de um lado parece ser cidadão, do outro lado é um ser de verdade.

A mulher que está no seu trabalho com todos os seus direitos garantidos, tem a sua exclusão, mas é uma exclusão não abissal, eu não vou entrar em detalhes porque está na epistemologia dos meus trabalhos, é mais complicado, mas explica-se bem, digamos assim, com exemplos. Ela é excluída não abissalmente porque comparado a homens no trabalho, tem um salário inferior, na Europa ainda hoje é entre 20 e 30 por cento, aqui eu suspeito que será o mesmo, se não for pior. O que acontece é o seguinte: aqui essa mulher quando sai pode ser vítima como a Lúcia Lopes, pode ser vítima de “gang rapist” na Índia, pode ser vítima de feminicídio na cidade de Juarez, pode ser vítima de violência doméstica em qualquer das nossas sociedades. Naquele momento ela atravessou a linha abissal para uma exclusão abissal. A partir daquele momento ela deixou de ser gente, deixou de ser humano, e entrou na “zona de não ser”.

Portanto nós temos muita gente, que são muito mais do que nós podemos pensar, que são homens, são jovens, são mulheres. O jovem afrodescendente hoje, no Brasil, e em muitos lugares como nos Estados Unidos, onde eu vivo parte do ano, o jovem negro que vai a nossa universidade me diz, como me dizem agora estudantes moçambicanos, negros moçambicanos, que me dizem: “professor, eu depois das cinco horas tenho que ir embora da biblioteca, porque não quero ir de noite em Madison lá pra rua, porque quando eu vou para

o meu bairro, eu posso ser vítima de violência policial”. Porque a brutalidade policial contra os negros, contra os jovens negros é total. Em Salvador conhecemos a brutalidade em Salvador, conhecemos em Fortaleza, mas conhecemos neste mundo afora. Este jovem que é um jovem que está na universidade, que está na zona da sociabilidade metropolitana tem direitos, é um estudante, pode se excluir por se calhar obviamente os colegas até brigam com ele, fazem algumas estripulias, mas é uma sociabilidade civilizada. Mas quando atravessa a linha abissal, entra em uma sociabilidade selvagem. E nós esquecemos que há muita gente que vive em sociedade selvagens. Como é que aprendem isto? Como muito dos militantes que estão por aqui. Camponeses, indígenas, que quando estamos em reuniões como há pouco tempo em Porto Alegre, falamos com um jovem *kaingang*, estávamos todos reunidos, parece que estamos todos iguais, estamos a discutir a democracia, estamos a discutir o futuro do mundo, mas ele tinham-lhe matado o irmão exatamente na véspera em um desses *riots* contra o MST no Rio Grande do Sul. Essa gente tem feridas profundas. Portanto, nós somos contemporâneos, mas falsamente contemporâneos. Porque eu sou contemporâneo de uma sociedade democrática e ele é contemporâneo de uma sociedade fascista. Numa mesma sociedade. Porque eu sofro fascismo social. Eu venho discutir, mas é um corpo frígido, porque é um corpo para ser analisado, porque é um corpo sexualizado, porque não é verdadeiramente um corpo humano.

Por uma democracia anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal.

Por bem, essa reflexão profunda sobre os modos de dominação continuam. Basta dizer que não houve independência. Não vou dizer que a independência não foi importante, claro que foi! Mas caímos numa armadilha. O pensamento social eurocêntrico achou que o colonialismo tinha terminado com as independências. O colonialismo não terminou!

Aliás, em 1965, um grande sociólogo deste continente, Dom Pablo Gonzalez Casanova publicou exatamente um livro sobre o colonialismo interno. Pouco tempo, ao mesmo tempo quase, em 1966 um grande líder africano, que foi um dos maiores líderes da libertação da África, escreveu um livro famoso sobre o neocolonialismo. Ele dizia que ficamos independentes, mas ficamos dependentes da metrópole, estamos dependentes da França, da Inglaterra, dos militares etc.

Todos nós sabemos o que foi o drama do Haiti até hoje, desde 1804, desde essa grande revolução haitiana, que não damos a vocês para estudar como grande evolução da humanidade, porque só damos a revolução francesa e americana. Não damos a haitiana, que foi a mais brilhante de todas, porque foi aquela que foi feita por escravos invocando exatamente os direitos da Revolução Francesa. E essa foi a transgressão, porque estavam do outro lado da Guiné-Bissau, eles não eram gente e como é que uma pessoa que não é gente, pode invocar os direitos que estão desse lado? Foi uma grande transgressão. Os países todos do mundo se uniram. Obrigaram o Haiti a pagarem uma indenização que não podemos imaginar o peso que ela teve, mas talvez as consequências e é hoje o país menos desenvolvido da América.

Mas é claro, foi totalmente escravizado pela dívida pública, o que em muitos outros países pode igualmente acontecer. Portanto, a primeira grande reflexão é esta, o capitalismo, colonialismo e patriarcado. Houve vitórias, o movimento feminista fez coisas extraordinárias nos últimos tempos. Obviamente que a luta de libertação nacional, as lutas anticolonial, as lutas antirracistas, o movimento negro neste país, o movimento quilombola, são coisas extraordinárias. Não podemos pôr isso em causa. Agora não pensemos que isso é irreversível porque é reversível e em segundo lugar, porque o copo está meio vazio, o copo não está meio cheio.

O copo está meio vazio e é por isso que o retrocesso é tão fácil porque realmente o poder o vê sempre como meio vazio e, portanto, é fácil esvaziá-lo rapidamente. Eu penso, é muito importante que nos atentemos neste momento na continuidade desses mecanismos. Por quê? Porque agora compreendam o que vou dizer na segunda parte, é que uma democracia hoje, robusta que prevaleça o capitalismo, tem que ser uma democracia anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal. E tem que ser as três coisas ao mesmo tempo. Não pode ser uma aqui e ali, tem que ser ao mesmo tempo. Isso obriga uma imaginação política diferente, obriga outra forma de organização política, obriga à outros políticos, obriga uma refundação das políticas de esquerda.

A tarefa é exigente, mas ela é nossa e a vitória será um movimento nosso, não tenho dúvidas. Por que é que isto é importante? É importante porque o sistema democrático tem essas limitações além dos modelos. Obviamente tem muitas outras limitações. Tem a limitação do espaço do Estado Nacional que um Estado para ser nacional tem que ser

monocultural e, portanto, destruiu obviamente a diferença. Foi uma democracia que realmente distingue um espaço político, que tentou democratizar, mas não procurou democratizar as comunidades, as fábricas, as escolas, a vida cotidiana e, portanto, foi uma democracia que ficou obviamente refém dos fascismos sociais. E é por isso, que para mim, quando perguntam qual é a minha definição de socialismo, eu digo: é simples, é a democracia sem fim. É democracia não apenas no sistema político, é também nas escolas, nas comunidades, nas fábricas e em todo lado. Como é que nós podemos, então, analisar estas limitações com outros olhos hoje?

A democracia, mesmo a democracia liberal ela começa com uma tensão com o capitalismo, por que, qual é a tensão? É simples, por um lado o capitalismo quer acumulação, rentabilidade a todo custo. A democracia porque ela assenta numa legitimidade que vai do voto e exige alguma distribuição social, exige direitos sociais, exige alguma redistribuição. Essa redistribuição é uma tensão completa do país da Segunda Guerra Mundial europeia, por isso se chama europeia, obviamente. Depois dessa Segunda Guerra obviamente que houve um momento em que o capitalismo teve medo e como tal deixou-se regulamentar. Nós já imaginamos que depois da guerra os impostos dos mais ricos, os mais ricos chegaram a pagar 80% de impostos. Hoje vocês tem um candidato nos EUA que nos últimos trinta anos não pagou um centavo de impostos federais. Mas ele é apenas uma ponta do *iceberg*, eu diria que muitos dos grandes empresários desse país ou de Portugal também não pagam de maneira nenhuma os impostos que eu pago como cidadão e como trabalhador ou como cada um de vós, portanto o que aconteceu, foi que nessa altura, essa tensão que foi gerada pelos impostos. O neoliberalismo fez uma luta total contra os impostos, os Estados, para ser breve, queriam continuar com algumas políticas sociais, como não podiam tributar e como não podem tributar se não forem contra o neoliberalismo, tiveram que se endividar. Os Estados se puseram de joelhos para a dívida pública, e hoje nós temos, vejam, 128 grupos financeiros no mundo, com 50 trilhões de riqueza, de investimento. Os Estados do mundo devem 49 trilhões, dos quais 20 trilhões os EUA. Portanto, os Estados estão nas mãos de 28 grupos financeiros internacionais.

O capitalismo financeiro, que é verdadeiramente global hoje, tem uma ascendência sobre os nossos Estados que tem que começar a ser posta em caso e que vai ser obviamente um momento muito difícil porque como realmente a democracia está sendo esvaziada, o que

acontece facilmente é que realmente a democracia vai perdendo a guerra para o capitalismo. Depois que a democracia representativa perdeu a guerra contra o capitalismo e é por isso que ela é dominada hoje por antidemocratas.

A democracia hoje em muitos países está nas mãos dos plutocratas. Que tem dinheiro tem a possibilidade de manter o controle democrático. Isso é uma perversão da democracia, e às vezes não são sequer os plutocratas, são os cleptocratas, os ladrões e, portanto, é nesta situação que a gente se encontra. E o que é que isto tem significado? Tem significado uma coisa, é que diferentemente dos instrumentos, tem se reduzido o campo da educação democrata. Por exemplo, houve um tempo em que as juntas eleitorais eram, por exemplo, entre conservadores, socialistas e comunistas e era um debate político e lógico, a polarização era um modelo de sociedade diferente. Hoje, nós temos que restringir cada vez mais o campo da deliberação democrática, estamos a deliberar cada vez mais sobre deliberar cada vez menos, sobre coisas cada vez menos importantes. Estamos obrigados cada vez mais a deliberar sobre aquilo que reproduz a nossa importância, que reproduz a nossa marginalização do processo democrático porque por resto é tudo critério técnico. O meu país resolve aumentar dez euros o salário mínimo e no dia seguinte as agências de *rating* dizem que o risco de crédito de Portugal aumentou. Isto é, aumentou a taxa de juros, aumentou a dívida portuguesa sem termos feito nada. Aumentou porque as agências de *rating* puderam, obviamente, dominar o meu país de liberdade de vida, de dívida pública neste momento. Portanto, esses instrumentos são fundamentalmente antidemocráticos. A democracia está sequestrada, e portanto o que quero vos dizer é um diagnóstico radical para uma alternativa radical. Por que não há uma maneira de nós efetivamente salvarmos a democracia.

Todos nós vimos milhares de sintomas, só para dar uma pequena nota teórica, porque é importante também que a gente faça, qual é a ideia da democracia? A ideia de democracia é uma ideia muito simples em termos de processos políticos. É uma ideia em que os resultados são intrinsecamente incertos. Isto é, um partido pode ganhar, outro partido pode ganhar, nunca se sabe e os resultados são incertos. Mas para os resultados serem incertos, os processos têm que ser certos. São as regras democráticas, são as leis eleitorais, são os princípios que se tem que debater. Mas, para nós que vivemos em outro mundo, que é o nosso obviamente, o que é que nós vemos? A reprodução da democracia é esta, quem tem dinheiro tem a possibilidade de não querer arriscar resultados incertos. Quer resultados

certos, isto é, quer que ganhe aquele, não quer que ganhe outro. Para que os resultados sejam certos, temos que transformar os processos em incertos. É a corrupção, é a lavagem de dinheiro, é o financiamento de partidos, é tudo isso, é falsificação. O processo democrático está a ficar incerto para que os resultados sejam certos a favor daqueles que querem destruir a democracia. Portanto, veja como nós podemos resgatar a democracia desta situação que temos que voltar a resultados incertos e para isso os processos têm que ser certos. Para isso, o que é que nós precisamos, regra número um: não podemos perder a esperança, eu acho que como disse neste último livro (*A Difícil Democracia. Reinventar as esquerdas*. São Paulo: Bomtempo, 2016), realmente não há sociedade que sobreviva sem um certo equilíbrio entre o medo e a esperança. O que nós temos hoje a assistir, é que os ricos têm medo porque somos uma crise. Como eu costumo dizer, a crise hoje explica tudo, a crise não tem que ser explicada. A crise explica tudo, explica os cortes de salário, explica a privatização da saúde pública, a PEC 241. A crise explica tudo. O que ela não explica é que ela é fundamentalmente um mecanismo para destruir a deliberação democrática. A PEC é uma caricatura hoje, do que é isso. Então é um caso que eu menciono porque é um caso típico de como se reduz o processo deliberação democrática. Era um processo reconhecido constitucionalmente e que acabou. Como é possível? Obviamente que as resoluções que são evocadas, nenhuma delas estão livres das dívidas, não aumentam a procura interna, não controlam a inflação, então qual é o objetivo da medida? É muito simples, simbólico de auto poder.

É que o “povão”, as classes populares brasileiras, se nada acontecer, se elas não reagirem, nos próximos 20 anos, elas não podem esperar nada do Estado que não seja dado pela direita, e, portanto, não acreditam na esquerda. O que eles querem é exatamente isso. Tudo que vamos perguntar eles vão dizer não pode, aí ou vocês aceitam o que a gente dá ou não há nenhuma alternativa. Vejam o poder simbólico que isto tem, numa arrogância de poder, que penso efetivamente que no momento de derrota, as forças de esquerda podem ser humilhadas dessa forma. É um ato de humilhação pública a todos os brasileiros, e naturalmente a todos aqueles que lutaram por uma saúde pública, por uma previdência pública e, portanto, acho que devemos reagir o mais rápido possível. Qual vai ser o resultado? A curto prazo, essas medidas não serão aplicadas rapidamente, porque quem está no poder não quer conquista social excessiva, portanto vão ter que controlar, vão querer

controlar a conquista social e vai acontecer o que está acontecendo em todo o mundo, o que estamos a ver na Índia, na África neste momento, o Brasil não é exceção neste momento, as escolas e as universidades estão fechadas. Quase todas na África do Sul. É a criminalização do protesto social. Vai haver mais criminalização, mais repressão e, portanto, vai haver muita gente provocadora dentro dos movimentos, para fazer provocação, para fazer violência, para aumentar a ruptura e, portanto, quem está nos movimentos, quem está nas organizações, tem que saber que o contexto de luta vai ser um contexto absolutamente mais difícil do que era até então, portanto, perante isto e perante esta assimetria que me parece que é complicado no nosso tempo, que essa assimetria que a democracia talvez não consiga nunca ao contrário dos europeus, do socialismo democrático, do princípio do século pensavam, e o nosso querido Allende pensou que pela democracia chegaríamos ao socialismo. Talvez seja possível, não sei, talvez seja possível no futuro. Mas uma coisa é certa, o capitalismo pode destruir a democracia. Já o fez. A democracia, e esta é a grande simetria, a democracia pode nunca chegar ao socialismo, mas o capitalismo pode destruir a democracia quando lhe convier e nós temos, neste momento, cada geração, cada momento histórico, que lutar com as armas que tem. Quais são as armas que temos hoje? Não temos neste momento outra arma se não a radicalização da democracia. E é por isso que até hoje uma medida democrática tem a intensidade de uma revolução, tem o perigo de uma revolução. Jovens por exemplo da RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares), porque é que jovens advogados da RENAP, porque advogados populares deste país, tem que mudar de residência, de país todas as semanas? Porque estão ameaçados. Isto é direito? Não, eles estão ao lado daqueles que são abissalmente excluídos, são tratados como tal. E esta coragem do outro tipo de conquista que está no nosso caminho. E, obviamente, não vou falar porque quero entrar rapidamente nas alternativas, a concentração de riqueza é aquilo que realmente mais nos deve preocupar por agora. Por quê? Porque o poder está agora concentrado, mas está disperso. O poder estava concentrado, mas sabíamos que era o senhor Rockefeller que eram os donos dos EUA, hoje são os mercados e ninguém sabe quem são os mercados. E verdadeiramente não sabemos que são os investidores. Sabemos que são sete investidores que decidem toda a política mundial até o preço das *commodities*. Não é apenas a desaceleração da China que fez reduzir os preços. É também a ação do capital financeiro que neste momento está na especulação financeira. Mas, obviamente, que as situações onde o

poder é concentrado, que é mais visível. Quatro famílias brasileiras dominam as mídias brasileiras. São quatro famílias, Marinho, Civita, Farias e Mesquita. Portanto, são exatamente quatro famílias e não podemos ter ilusão, – quem nos disse foi um grande economista deste país, que foi grande professor em Coimbra depois da revolução de 64, que é Ladislau Dowbor, do Rio de Janeiro. Perante esta situação, perante essa massiva falsíssima falta de consciência de pobres eleger ricos para os postos, como a gente viu agora dramaticamente com esta opacidade. Antes os ricos tinham vergonha de serem ricos. É criada uma ostentação, nunca a riqueza foi tão glamourizada. A riqueza perdeu a vergonha porque o capitalismo não tem medo da sua conquista e eu que sou um dos fundadores do Fórum Social Mundial tenho que vos dizer que também sinto muitas feridas a esse nível. Agora do que é que partimos para a nossa alternativa, partimos dessa ideia primeira, é que a democracia nunca foi tão legitimada como ideologia, como ideia e nunca foi tão violada na prática. E, portanto, nós temos como ideia, que queremos que perca credibilidade, mas na prática está muito descredibilizada, tanto é, que o que nós vamos ter que fazer, as alternativas vão ter que ser tão radicais quanto o diagnóstico que acabei de fazer.

E a primeira transformação é no conhecimento. A ideia que vos dei a pouco do conhecimento democrático, do conhecimento que não veiculamos em nossas universidades. É um conhecimento que não nos permite sair da situação a qual nos encontramos, por quê? Porque esse conhecimento nunca nos deu a conhecer outros caminhos abissalmente, nunca valorizamos, nós achamos sempre que aqueles que são excluídos abissalmente são vazios de associações. Ainda hoje me dizem que, são 50 milhões de escravos hoje, a escravatura foi abolida no século XIX e ele diz, mas são 50 milhões, são resíduos. Ou seja, nós nos habituamos a ver que aquilo que é excluído abissalmente, que não entra nunca no jogo democrático, é obviamente um resíduo. E, portanto, não valorizamos teoricamente. Toda teoria democrática que vocês aprenderam e eu vos ensinei nos meus cursos a alguns de vós, sempre passou pela ideia de que não havia metrópoles e que as colônias, as teorias democráticas não se aplicavam nas colônias. No entanto, a teoria democrática foi devolvida quanto quatro quintos da humanidade estavam em colônias e, no entanto, as colônias não aparecem nos recintos de escravos nem no nosso quadro solto sobre o contrato social. Porque não são gente, portanto nós temos que fazer outro. Temos que fazer uma revolução epistêmica. E essa é aquilo que eu venho chamar de “ecologia dos saberes”. Nós temos que

trazer para dentro das universidades o saber dos conhecimentos populares, nós não podemos aceitar os movimentos sociais como convidados da nossa universidade. Eles têm que ser parte da nossa universidade, porque só assim realmente, porque é uma questão epistêmica do conhecimento, porque o que eu aprendi dos seus conhecimentos, muitos deles foram gente muitas vezes analfabeta, mas com conhecimento de vida extraordinário. Não é preciso ir à universidade para ter um bom senso, para ter dignidade, para ter uma ideia de que a vida só merece pena ser vivida se for vivida com dignidade e isto está no conhecimento das classes populares, está no movimento das organizações populares das mulheres, dos indígenas, dos camponeses, mas esses conhecimentos ficam fora da nossa universidade. Porque por muito tempo a universidade se habituou a conviver com as elites, porque trabalhavam habitualmente para as elites. Hoje as elites estão a abandonar as universidades porque elas querem formar seus filhos no estrangeiro. Algumas já na escola média vão para o estrangeiro porque não querem que os filhos pisem nas escolas desse país, como não pisam nas escolas da Espanha, de Portugal ou da Grécia, estão todos nos EUA ou na Inglaterra ou às vezes na França. Portanto, a universidade perdeu essa ligação às lideranças, às elites e, neste momento, está em suspenso socialmente e só tem uma solução, ancorar-se para baixo com as classes sociais mais baixas, que ela durante muito tempo desprezou, que ela ignorou, que ela não deixou que entrasse no seu conhecimento e no seu currículo. Portanto, é esse conhecimento, que se ele entrar na universidade, também vai entrar nos partidos, também vai entrar nas organizações, também vai entrar na administração pública. É uma revolução democrática que nos propõe como esta, uma educação popular de outro tipo, mas que ancora-se no educador popular que foi Paulo Freire no Brasil. Paulo Freire é hoje o brasileiro que é mais estudado fora do Brasil. As escolas de educação esqueceram-se de Paulo Freire e até algumas delas o estigmatizam e o demonizam. Eu penso que nós devemos trazer a educação popular, articular a educação popular para a universidade. É isso, por exemplo, uma das minhas propostas que “as universidades populares dos movimentos sociais”, que estão aqui, e alguns de vós já participaram comigo nestas oficinas que eu gostaria muito que realizássemos mais, realizamos já uma aqui em Brasília. A minha expectativa é que a “Universidade Popular” passe a ser um órgão de extensão da UnB, e então, agora como professor da UnB (Doutor *Honoris Causa*, com título concedido pela UnB, em novembro de 2012), eu faço essa proposta, e que, portanto, a gente

crie formas orgânicas de os intelectuais comprometidos com dois terços dos movimentos sociais possam participar durante dois ou três dias das nossas atividades sobre temas que estão a serviço dos próprios temas sociais. É a nova universidade que tem que se democratizar para que ela possa ensinar democracia para a sociedade, porque o grande problema é que nós hoje, não ensinamos democraticamente a democracia. E é por isso que muitas vezes falhamos, que nossos resultados são menos brilhantes. Onde é que nós temos que inserir além da educação popular? Outro modelo de desenvolvimento, outra forma de organização pública e outra forma de participação social. Vou falar rapidamente sobre cada uma delas para terminar.

Construindo Alternativas: “Enterram Sementes, mas as Sementes Brotam”

Eu penso que são três modelos, modos de dominação, aqueles que eu já me referi capitalismo, colonialismo e patriarcado. Obviamente que nós temos que ter na justiça, o conceito de justiça, que deve estar nos direitos humanos, deve estar em toda a cultura democrática, na nossa universidade, em todo conhecimento, é a justiça econômica-social, justiça histórica, e a racial obviamente, e justiça sexual. Sem justiça social, racial, histórica ambiental e obviamente socioeconômica, nós não podemos avançar. Por isso, democratizar neste momento é descolonizar, é desmercantilizar e é despatriarcalizar. Essas três tarefas tem que ser criadas no modelo político das nossas universidades e na nossa universidade. Como é que isto se faz? Isso se faz em primeiro lugar, com a educação que voltou a ter um papel fundamental, mas vamos ter efetivamente que alterar o sistema político.

Neste momento tramita no vosso Congresso uma reforma política. Não acredito que com este Congresso possa haver uma reforma política que nos satisfaça, com toda franqueza. Tenho estima por muitos deles, não tenho nada pessoalmente, mas obviamente olhando os resultados recentes não acredito que algo possa ser feito. Talvez uma assembleia constituinte originária pudesse efetivamente levar a bom termo essa tarefa, mas não aquela que está aqui. Mas o que eu proponho neste momento, proponho em primeiro lugar que os partidos tem que ser profundamente reavaliados, todos os partidos, particularmente os partidos de esquerda. Tem que haver uma reinvenção no sentido de que os partidos passem a ser partidos de movimento. O que é que eu quero dizer com isso, a democracia participativa tem que entrar dentro dos movimentos. Nós temos um pequeno modelo que está embrionário,

muito difícil e talvez falho, que é o modelo do Podemos da Espanha com o qual eu tenho trabalhado muito. Quem é que decide as políticas, quem é que escolhe os candidatos? São os simples cidadãos, não são os líderes políticos. Um partido se quer lutar por democracia tem que ter democracia participativa. Por que é que isto é assim? É porque a democracia participativa perdeu a guerra contra o capitalismo, contra o colonialismo, contra o patriarcado. Ela não se defende, isso quer dizer que vamos abandonar a democracia? Não, vamos radicalizar a democracia. Cada geração luta com suas armas. As nossas armas são a democracia radical, levado a sério e esta tem que ser real, e esta tem que ser buscada onde não está a política. O grande problema do nosso pensamento político é procurar política onde ela já não está. A política não está no Parlamento, a política está nas grandes concentrações financeiras. Nós temos que buscar a política onde ela está e isso tem que ser nos conhecimentos populares que tem que ajudar. Isto tem que ser buscado nos conhecimentos populares que tem que nos ajudar. Isso tem que ser os movimentos e organizações e, por isso, proponho que os partidos não podem ter o controle e o monopólio das representações política. Tem que haver a possibilidade de cidadãos organizados em frentes e outras formas de organização que participem ativamente da vida política ao lado dos partidos. Não é demonizar os partidos é criar mais formas de representação na nossa democracia desde que obviamente sejam seguras as medidas de garantirem o dinheiro dos processos políticos e isso vai ser a grande luta do futuro. Mas é preciso outra medida, eu proponho um quarto órgão de soberania e esse quarto órgão de soberania chama-se controle social. Ele foi proposto na Constituição do Equador, não foi implementada, mas é uma ideia que está aí e precisa continuar porque ela visa exatamente isso e a democracia representativa só se fortalece se for fortalecida com a democracia participativa.

Só que a democracia participativa tem que ser em todas as escalas. Qual foi o nosso grande erro nos anos 90 em muitos países. É que nós aceitamos que a democracia participativa fosse apenas a nível local e, portanto, os meus trabalhos que eu fiz entre 1990 e 1995 tiveram para mim uma revolução extraordinária, é que a cidade de Porto Alegre ficou muito menos desigual, mas o estado do Rio Grande do Sul continua tão desigual quanto antes, porque a democracia participativa aconteceu em Porto Alegre não aconteceu em outros estados.

Portanto, se esse é um momento de reflexão, temos que resolver o problema da escala. Isto é, democracia participativa tem que estar em nível nacional, porque essa sim, é que pode eventualmente levar a uma cisão dentro do próprio capital financeiro. Isto é, ameaçar a possibilidade de uma crise séria no sistema financeiro. Para isso tem que estar os cidadãos organizados. Obviamente em movimentos, mas também em presenças populares. Porque há muito longe das manifestações, movimentos, ocupações de escolas não são movimentos, são presenças populativas. Os estudantes que hoje estão a ocupar as universidades da África do sul, o que eles fazem, é uma conclusão extraordinária de jovens negros africanos, que chegaram a esta conclusão, vinte anos depois do *Apartheid*, eu continuo exatamente como era, continuo excluído das universidades, a universidade continua sendo de brancos, ainda tem muito pouco negros na universidade, as inscrições são cada vez mais caras no ensino público, que lá é pago, e portanto eu estou numa universidade. Vinte anos depois dizem que a África do Sul passou do *Apartheid* para o *neo Apartheid*, portanto é esta mudança, é esta sutileza que eu aprendo com eles. Toda a minha teoria real vem dessa “escuta profunda” que eu faço com os movimentos, é essa lógica entre continuidade e descontinuidade. Obviamente que houve Mandela, obviamente que houve descontinuidade, obviamente que esses jovens em 1993 se fizessem isso eram todos assassinados, hoje não são, houve uma descontinuidade, mas houve uma continuidade. Por quê? Porque o Nelson Mandela para chegar ao poder não pode por encaixo do poder econômico dos brancos, 3% da população branca da África do Sul é proprietária de 97% da terra agrícola da África do Sul, e os africanos não têm, são africanos sem terra. Eu penso que nós vamos passar realmente por momentos complicados, mas são momentos de esperança, é preciso ser realista sem ser conformista, não podemos ser irrealista porque há limites, mas é preciso levar os limites até o limite, e muitos dos nossos pensamentos e da ação política não leva os limites até o limite. E o capitalismo é mais flexível do que se pode pensar desde que seja confrontando, confrontado eficazmente. Portanto, realistas, mas não conformistas, o que isso significa, significa que as lutas pacíficas, que por minha opção são pacifistas, eu não acredito realmente na violência contra pessoas, a violência contra a propriedade talvez é necessária, óbvio, mas não a violência contra a pessoa. Mas acho que a luta das próximas décadas, vai ser uma luta dual, vamos ter que continuar lutando nas instituições, mas vamos ter que lutar fora delas. Um pé dentro das instituições e um pé fora delas. Ações diretas,

protestos, marchas, não podem de maneira nenhuma deixar de existir, porque o sistema vai se defender muito bem da pressão institucional, porque o comprou, comprou!

Porque os Estados Unidos dizem assim: o que é o vosso congresso? Diz qualquer democrata ou professor da minha faculdade que é o melhor congresso que podemos comprar. Então a luta tem que ser extra institucional. Nós vamos ter de ter uma dimensão ao contrário do pensamento de esquerda que se dividiu ao longo de cem anos. Sobre se a luta tem que ser institucional dentro das instituições ou fora delas, o que eu vos digo é que nas próximas décadas as lutas tem que ser nos dois lugares. Haverá movimentos que se especializam mais nas lutas interinstitucionais e outras nas institucionais. Mas todos vamos ter que lutar, porque não podemos deixar o fetichismo institucional, porque ele desarma-nos também. Não podemos ficar desarmados de um momento para outro. Foi um soco muito grande e muitos daqueles que lutavam não morreram, mas desmaiaram de fato. E, portanto, a que acordar e eu ouvi essa manhã um dito que é muito importante e então eu concluo, porque é isso que está aí. Arrogância do poder hoje em certos momentos, diz isso hoje e outros países que eu tenho estado, eles querem enterrar as ideias novas, querem enterrar movimentos que lutam por uma sociedade melhor, e às vezes conseguem fazer com alguma eficácia. O que esquecem é que quem está a enterrar são sementes e sementes um dia brotam. Obrigado.

Perguntas³

O senhor pode comentar, por favor, sobre o amortecimento das consciências pela ação da Mídia?

Mais perguntas difíceis, sobretudo a última. Sobre o amortecimento que a mídia produz, lembro o tema é uma das três reformas que nós viemos dizendo que seria absolutamente fundamental fazer. Porque como se diz aqui, os mídias são de fato, hoje, devido às ligações que tem com o capital financeiro e com o capital industrial, o capital produtivo eles hoje são realmente um grande fator contra qualquer alternativa por todo esse continente e por todo mundo nesse momento. Tenho que dizer para não pensar que

³ Após a exposição, mais de 30 perguntas foram oferecidas por escrito e lidas pela mesa – que as integrou por afinidades em blocos de apresentação. Dessas, destacamos do último conjunto transcrito, uma pergunta sobre os mídias, conforme segue.

seja só no Brasil, um dos grandes jornais da Europa, o EL PAÍS, que é um jornal espanhol, tem uma militância absolutamente descarada contra a possibilidade do partido socialista espanhol se alinhar com o que podemos, a esquerda. E fez uma campanha suja, eu diria por que até tenho colaborado com eles no sentido de que os partidos socialista se alinhasse com os cidadãos que é um partido de esquerda, direita, de jovens que oprime jovens, que a Juventude UPP, de todo modo é um partido conservador.

E foi isso que fez, e que vai fazer efetivamente, porque demonizaram de tal maneira e o que o Partido Socialista que podemos estar fora, e o Secretário do Partido Socialista Espanhol teve que se demitir. Pode ser que volte, mas não sabemos.

Como que faz a democratização da mídia? Primeiro, ao invés de dizer que somos democráticos, nós temos que definir a crise. Muitas coisas que obviamente seriam similares a muitas (...) de como a gente define a crise. O grande problema que temos ao nível do conhecimento é que nós perdemos muitas vezes a capacidade de definir o que é crise, a crise nas universidades, a crise na economia, a crise no País, a crise do mundo, ela é definida pra nós e nós aceitamos essa definição. Hoje se olharem os jornais e se olharem as vossas revistas o que vão dizer? É que finalmente o dinheiro do governo em publicidade vai ser dado com base em critérios técnicos que anteriormente era um critério ideológico. Agora vejam, uma revista de confiança, que eu conheço, que, aliás, (...) é uma revista que costuma ter uma certa imparcialidade, não quero fazer nenhuma publicidade a nenhuma revista mas esta tem que ser, porque é notícia que está aí, que é a Carta Capital.

Pois Bem, a Carta Capital traz dois quadros. É muito bom que vocês todos conheçam esses quadros atuais onde estão distribuídos o dinheiro da publicidade governamental e como era distribuída nos governos do PT. E o que nós verificamos, que no governo PT que havia algum critério técnico porque aumenta uma grande distribuição de fundos e algumas realmente na política equivocada que nós temos dinheiro publicidade (...) ao me dizer isso em privado, não funcionou obviamente. Enganou-se nessa. Mas de fato era mais critério técnico do que é hoje.

Por outro lado havia apoio aos meios alternativos. Hoje a Carta Capital, por exemplo, tem que alterar a participação dos assinantes. Outra das revistas onde eu trabalho, o público que é Carta Maior está com uma crise muito grande devida a ausência de qualquer publicidade institucional e financiamento. O SUL21 a mesma coisa. Uma

grande jornalista que é a Tereza Cruvinel está no [site] 247, depois de todo trabalho que fez na empresa pública de televisão e rádio. Ou seja, é evidente que é preciso democratizar, Como é que ela se regulariza? Não é fácil porque os tem exatamente um poder que é muito sonhado pelo capital financeiro. Tem a faca e o queijo na mão. Porque tem a faca e o queijo na mão? Porque 97% das famílias brasileiras têm televisão e ouvem e veem de 3-5 horas de televisão por dia. Isso é o drama do Brasil. É o drama, porque eles movimentam bem esses canais e eles sabem que é assim.

Portanto, **tem que haver uma regulação**, não há nenhuma receita, há estudos e penso que alguma coisa se vai fazer nesse sentido, mas ela tem que ser feita, porque não é um problema obviamente brasileiro, é um problema do continente e do mundo.

Houve duas tentativas, uma que teve êxito e outra que fracassou. A que fracassou é a da Cristina Kirchner, como todos sabem. Kirchner, na Argentina, fez uma revolução, sobretudo, para o espaço, como se diz, o espaço das ondas. Ela dividiu em três partes, $\frac{1}{3}$ para o privado/capital, $\frac{1}{3}$ para o corporativo e $\frac{1}{3}$ para o público. Portanto o corporativo está no sentido do público não privado, não lucrativo, cooperativas, organizações comunitárias, etc.

Não conseguiu funcionar, obviamente, ou foi muito mal implementado, houve uma resistência enorme de um grande jornal na Argentina. Que são os correspondentes aos vossos jornais daqui que é o Clarín, que fez uma guerra total a Cristina e realmente essa relação nunca teve êxito. O Rafael Correia teve outra estratégia que foi comprar um jornal que estava praticamente abandonado e fazer dele um bom jornal diário, que é o Telégrafo em Quito. Que é um jornal de confiança, que é um jornal que obviamente veicula muito das posições do governo, mas com pluralismo. Tentou e conseguiu fazer isso. É uma coisa que nós na Europa tínhamos, mas perdemos completamente.

E, por outro lado, fez uma regulamentação que no período em que tinha poder, porque o problema é este, esta mudança só pode ser quando os governos de esquerda tiverem hegemonia, quando forem fortes, quando forem fracos são fáceis desmantelar. Portanto, tudo isto devia ter sido feito no primeiro mandato do Lula, não mais tarde. Pode imaginar, é parte da crítica que temos que fazer porque é muito importante que se faça neste momento.

O Rafael Correa foi outro tipo, foi uma ideia, nós deixamos a liberdade dos meios de comunicação, mas quem é proprietário dos meios de comunicação não pode ter nenhum interesse econômico, nem no sistema bancário, sistema financeiro, nem na indústria. Ou seja, superou o investimento nas mídias e do investimento em outras áreas de produção ou do sistema financeiro. Portanto, um dos grandes grupos de mídia do Equador era propriedade de um banco, de um grupo bancário, tiveram que separar. E, de fato, a separação acabou por funcionar. Não digo que funcionou perfeitamente, temos aqui um equatoriano que pode dizer todos os problemas que temos no Equador com comunicação.

Obviamente, e por isso em cidades latinas por vezes muito criticadas pelo Rafael Correa, mas é uma forma de chegar muitas vezes à população. Mas de todo modo houve uma tentativa que teve êxito, sobretudo no início. É uma necessidade fundamental agora, digo uma coisa hoje, as mídias alternativas, dos *blogs*. Eles vão ser muito importantes. O que é muito importante é isto, que **as redes sociais estão a ser usadas para despolitizar e não para politizar. Isto é, as pessoas hoje, e eu dizia isso aqui há anos e a verdade hoje, tanto que volto a dizer não me ouviram a essa altura.**

O serviço secreto dos Estados Unidos embora estejam trabalhando em *full swing* durante um tempo pensaram que já não seria preciso o serviço secreto porque as pessoas põem tudo no *Facebook*. As pessoas revelam toda a sua intimidade e é por isso que todas as empresas sabem o que é que vocês gostam, quais são os livros que gostam, qual é a sua roupa, qual é tudo. Porque está tudo obviamente na rede. Ela foi usada pelo sistema de consumo, não foi usada politicamente como podia ser, foi usada nos protestos, por vezes foi usada. Obviamente, é também hoje uma destilação da extrema-direita grave, por exemplo, na Europa. As redes sociais hoje, eu vomito quando vejo algumas redes sociais do meu País. Dizem coisas que não é possível dizer a respeito de ninguém.

 **O DIREITO
ACHADO NA RUA**

LAPCOM
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia
Golpista
mata todo
DIA!

